

CONCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS QUE EMBASARAM A REGIONALIZAÇÃO DAS 12 REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO¹

Antonio Abutakka²

RESUMO

Este estudo objetivou analisar as 12 Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso, de acordo com as principais correntes do pensamento geográfico e as concepções teóricas e metodológicas que embasaram a sua regionalização. Para tanto, foi necessário caracterizar todo o processo dessa regionalização, a fim, de obter com clareza o conhecimento dos objetivos em perspectiva. Primeiramente, mostrou-se todo o mecanismo utilizado para a identificação e delimitação dessas regiões. Em seguida, foram investigadas as várias correntes do pensamento geográfico dentre as quais permaneceram as que deram maior sustentabilidade para essa regionalização. Dessa forma, constatou-se que as idéias centrais do estudo dessa regionalização foram compatíveis com as concepções da escola do pensamento possibilista e da geografia ativa, apresentando fundamentos estruturais compatíveis com as idéias dessas escolas. No entanto, é bom compreender que o caminho para se chegar a uma estrutura regionalizada deve-se levar em consideração as várias correntes do pensamento da natureza geográfica. Dessa forma, entender que “a síntese geográfica não é alcançada através de uma metodologia única, pois ela é produto da utilização de vários métodos.” Onde, em cada momento determinado ocorre uma multiplicidade de formas de se conhecer o mundo e de regionalizá-lo.

Palavras chaves: Região de planejamento. Pensamento geográfico. Regionalização.

ABSTRACT

This work has intended to analyze twelve Regions of Mato Grosso State Planning, in accordance with geographic thought main chains and the theoretical and methodologists conceptions that had based its regionalization.

1 Análise apoiada em parte pelo Estudo do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso.

2 Economista, Mestre em Geografia, Área de Concentração Ambiente e Desenvolvimento Regional – UFMT, Técnico da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso.

For in such a way, it was necessary to characterize all process of this regionalization, to get with clarity the knowledge of the objectives in perspective. First it was shown like all mechanism have been used for the identification and delimitation of these regions. After that, some chains of the geographic thought had been investigated the ones had been chosen that supply to greater regionalization basement. Then, was evidenced that part of this regionalization study had been compatible with ideas of possibilist and active geography school thought, presenting compatible structural beddings with these schools ideas. However is important to understand that to get a regionalized structure, must be analyzed some chains of the geographic nature thought. Thus, to understand that “geographic synthesis is not got using just one methodology, therefore it is product of the some methods utilization”, where at each moment occurs a forms multiplicity of knowing the world and to regionalize it.

Keywords: Region of planning. Geographic thought. Regionalization.

1 – Introdução

A proposta deste trabalho é o de analisar os estudos das Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso de acordo com as principais correntes do pensamento geográfico e as concepções teóricas e metodológicas que embasaram a sua regionalização. Para tanto, foi necessário caracterizar todo o processo dessa regionalização, a fim de obter com clareza o conhecimento dos objetivos em perspectiva.

Em termos mais precisos, este estudo procura preencher uma lacuna que faltava no estudo das 12 Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso, qual seja, a necessidade de um embasamento de referência conceitual e histórica do pensamento geográfico para se discutir o caráter dinâmico da noção de região. Propõem-se a ser uma contribuição ao conhecimento histórico da noção geográfica de região, uma vez que tem como objetivo analisar as principais correntes do pensamento geográfico.

Diante disso, ao se lançar mão de uma concepção para estabelecer o caminho para se chegar a uma estrutura regionalizada, o estudo das 12 Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso, absorveu o raciocínio de Pierre George e Sandra Lencione, de que “[...] a síntese geográfica não é alcançada através de uma metodologia única... A síntese é produto da utilização de vários métodos.” (LENCIONE, 2003, p. 143).

Portanto, segundo afirma Lencione (op. cit), a cada momento determinado ocorre uma multiplicidade de formas de se conhecer o mundo e de regionalizá-lo. As divergências na percepção, na descrição e na interpretação do mundo sempre estão presentes e são muito mais férteis do que à primeira vista possam parecer, pois é na diversidade de concepções teóricas, nas polémicas em curso, que o conhecimento científico se desenvolve.

2 – mecanismos utilizados para a identificação e delimitação das 12 regiões de planejamento do estado de Mato Grosso – contexto, objetivo e método

A base de dados utilizada para a identificação e delimitação das 12 Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso, foi selecionada, a partir dos dados do Diagnóstico do Meio Físico-Biótico e Socioeconômico do Projeto Zoneamento Socioeconômico -Ecológico do Estado de Mato Grosso, que compreendeu as análises temáticas e os mapeamentos de vários temas que compõe esse estudo.

Os objetivos do Zoneamento são a construção de instrumentos capazes de viabilizar, ao Governo do Estado, a implementação de políticas públicas de forma integrada, em consonância com diretrizes de ordenamento territorial, devendo para isso consolidar não apenas ferramentas legais, mas, principalmente, uma estrutura operacional (métodos, técnicas, equipamentos e técnicos treinados), capaz de implementar um sistema de gestão para dar suporte ao planejamento estratégico, objetivado no paradigma de desenvolvimento sustentável.

O Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso, na sua segunda aproximação, foi concebido como um dos componentes do programa Prodeagro, que tinha como meta inicial a necessidade de um estudo mais abrangente, mais detalhado e atual do estado de Mato Grosso, uma vez que a primeira aproximação utilizou basicamente informações do Radam-Brasil, levantadas na década de 1970, impressas na escala 1:1. 000.000.

Havia ainda a necessidade de complementar o meio socioeconômico, levantar dados em campo para que a realidade fosse captada naquele momento, dando um recorte temporal estabelecido pelo projeto e gerar uma estrutura não apenas legal, mas, principalmente institucional e metodológica, capaz de permitir ao Governo do Estado implementar um sistema de gestão do zoneamento. Foi nessa perspectiva que o projeto da segunda aproximação foi concebido.

A execução desse zoneamento teve como base a elaboração de um diagnóstico socioeconômico-ecológico, que adotou uma linha metodológica de análise ambiental baseada na interpretação das relações entre potencialidades e limitações ecológicas, econômicas e sociais, privilegiando a avaliação do estado da qualidade ambiental em face dos tipos e intensidades das transformações em curso nesse Estado.

As 12 regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso têm sua origem nesse contexto, após a identificação e delimitação das Unidades Socioeconômico (USEs). Essas unidades têm suas origens com a entrada dos mapas das regiões de influência e tipologia funcionais do Estado, produto dos estudos da hierarquização urbana. Na seqüência, essas regiões foram cotejadas com o mapa de uso do solo e com a base produtiva (áreas homogêneas de produção), para reavaliar a predominância dos padrões de uso do solo, porte e influência dos núcleos urbanos e a espacialização da base produtiva. Após essas análises, as regiões de influência funcional (RIFs) foram reorganizadas (DSEE-DE-RT-002).

Com as Unidades Ecológicas e as Unidades Socioeconômico agrupadas segundo as Regiões de Influência Funcional – RIF, procedeu-se à correlação das informações dos dois mapas e ao cotejo das configurações e limites das Unidades Socioeconômico com os das Unidades Ecológicas. Integradas às informações das duas unidades (das Ecológicas: sistemas de relevo, associações de solos, formações vegetais e hídricas; e das Socioeconômicas: divisão político-administrativa, infra-estruturas e formas de apropriação do Espaço), formaram-se as **12 Regiões de Planejamentos (Rps)**, e as Unidades Socioeconômico-Ecológicas, as USEEs.

Cumprir observar que o contorno das Regiões de Influências Funcionais passou a constituir o marco de referência da macro compartimentação regional para a análise do território mato-grossense, sendo responsável por sua delimitação, as variáveis da dinâmica socioeconômica.

Para melhor compreensão dessa regionalização, são apresentadas as informações temáticas dos Meios socioeconômicos e físico-biótico que fundamentaram a delimitação das regiões de influência e posteriormente as 12 Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN/CNEC, 2000).

Meio socioeconômico

1. Hierarquização do Espaço Regional/Regiões de Influência e Tipologias Funcionais, compreendendo:
2. A divisão político-administrativa, representada pelos 139 municípios (dezembro de 1999), constitui a base referencial das informações da dinâmica demográfica, das atividades econômicas, dos equipamentos e dos serviços públicos.
3. As regiões de influência urbana, que configuram polígonos territoriais articulados por um sistema de transportes, de comunicações e disponibilidade de energia elétrica, a partir da diversificação e especialização de funções urbanas, do porte econômico dos municípios, da dotação de equipamentos sociais e dos serviços existentes nas sedes administrativas municipais. Tais atributos possibilitaram estabelecer relações de dependência ou complementaridade entre as diversas áreas do Estado, definindo os limites das Regiões de Influência.
4. O sistema de infra-estrutura regional, identificado pela disponibilidade dos sistemas viário e de energia elétrica, contribuiu na definição e delimitação das regiões do Estado. Tal sistema resultou da caracterização da infra-estrutura viária, enquanto sistema viário federal e

estadual, na condição de pavimentado ou não pavimentado e quanto à proximidade da sede urbana em relação à rodovia pavimentada; e na qualidade do sistema de energia existente – integrado ou isolado.

5. A tipologia Funcional dos Pólos - resultante da caracterização das sedes municipais quanto às funções urbanas exercidas (diversificação, especialização e internalização das atividades produtivas) e à densidade dos equipamentos e estabelecimentos econômicos existentes. Contribuíram também para caracterizar a estruturação das sedes urbanas, as seguintes variáveis: população urbana da sede municipal, estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas e o predomínio do ICMS dos diversos setores, estabelecimentos industriais, unidades hospitalares, existência de cursos superiores, agências bancárias e presença de sedes administrativas regionais, como CEMAT e DVOP. A variável referente ao abastecimento de água e esgotamento sanitário propiciou o entendimento e qualificação de várias sedes municipais no tocante ao desempenho dos serviços oferecidos aos municípios. Tendo em vista a privatização de alguns desses setores no Estado, como TELEMAT (telefonía) e BEMAT (setor bancário), ou sua municipalização, como SANEMAT (saneamento básico), buscou-se integrar as informações disponíveis até o ano de 1998.
6. Dinâmica Econômica/Áreas Homogêneas de Produção - As áreas homogêneas de produção correspondem a áreas singulares identificadas e delimitadas pelas diferenciações relativas aos diferentes graus de avanço/consolidação da fronteira agrícola, de especializações das formas de apropriação do espaço e dos sistemas de exploração dos recursos e de especialização da produção. Essas unidades expressam padrões de uso do solo, qualificados pela tipologia do produtor, intensidade do uso da terra, grau de modernização das relações de produção e sistemas de manejo e exploração dos recursos naturais, fundamentando a expressão espacial das unidades socioeconômicas. (SEPLAN/CNEC, 2000).

Meio Físico-Biótico

Quanto às variáveis do meio Físico e Biótico, a base de dados utilizada para a identificação e delimitação compreendeu basicamente as informações existentes nos seguintes temas: Geologia, Geomorfologia, Solos, Vegetação, Recursos Hídricos com a Rede Fluviométrica Priorizada e Unidades Climáticas.

- A operacionalização desses procedimentos foi apoiada, parcialmente, pelo sistema digital, que possibilitou a integração entre os *layers* temáticos do meio Socioeconômico e do Meio Físico-Biótico. A seqüência de procedimentos foi conduzida de forma analógica, integrando as informações socioeconômicas e físico-biótico para se proceder ao ajuste da delimitação final das Unidades Socioeconômicas e Ecológica. (SEPLAN/CNEC, 2000).

2.1 – As 12 Região de Planejamento do Estado de Mato Grosso

Região I – Noroeste/Juína

A região de Planejamento Noroeste /Juína caracteriza-se pela presença de uma rede urbana pouco desenvolvida, estruturada a partir de um sistema viário dotado de rodovias sem pavimentação, tendo como pólo o município de Juína, que apresenta uma média diversificação e especialização das funções urbanas. É desprovida de sub-centros regionais, e os restantes dos municípios que a compõem: Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juruena e Rondolândia, nucleações de pouca expressão urbana, que mantêm relações de complementaridade funcional com Vilhena (RO) e Tangará da Serra (MT).

Essa Região abriga um total de 119.031 habitantes, estando 63,89% dessa população localizada na área urbana (IBGE, 2007). Nela, reúne cerca de 4% da população do Estado, num território de 108 mil km² (12% do território mato-grossense). Quanto ao crescimento populacional, nota-se que o município de Colniza teve um crescimento fantástico, no período 2000/2007, de 15,34%, seguido de Cotriguaçu, com 7,15%, Juruena, com 6,97%, Aripuanã, com 4,50%, Rondolândia, com 0,40%, Juína, com 0,15% e Castanheira com 0,03% (SEPLAN, 2008).

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, utilizou-se o ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), para aferição dos municípios. A metodologia utilizada para a elaboração desse índice, foi composta por vários indicadores econômicos e sociais (renda, educação, saúde, etc.), muito parecido com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Assim, observa-se que na Região Noroeste/Juína, apenas o município de Juína apresenta ICQV Médio-Baixo, os municípios de Cotriguaçu, Juruena, Aripuanã e Castanheira apresentaram ICQV Baixo e os demais municípios apresentaram ICQV Muito-Baixo, mostrando um alinhamento para baixo dos municípios que compõe essa região. Analisando outros indicadores so-

ciais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

A agropecuária é a principal atividade econômica, com contínua expansão da pecuária. A exploração madeireira também é outra atividade econômica presente na Região. Essa região Já se destacou com a exploração de atividades de extração mineral, (ouro e diamantes), atualmente exercida ainda por algumas empresas, com tecnologia mais aprimorada. (DSEE-DE-RT-012).

Juína constitui-se como um núcleo polarizador nessa região, com destaque para as atividades de comércio atacadista. Em Aripuanã, a indústria madeira é bastante importante, destacando também em menor proporção o setor de grãos e a atividade agropecuária.

Com um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 765.722 mil em 2005, essa região participa com apenas 2,04 % do PIB estadual, apenas Juína tem uma boa classificação no ranking estadual, ocupando o 24º lugar, os demais municípios tem uma participação pouco expressiva. Referente ao PIB *per capita*, este, em 2005, era de R\$ 7.540,00, menor que a médio do Estado que atingiu nesse mesmo ano R\$13.365,00.

Região II – Norte/Alta Floresta

Formada por 15 municípios – Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte -, a Região Norte/Alta Floresta caracteriza-se pela presença de uma rede urbana estruturada a partir da BR-163, pavimentada, onde se destaca o centro regional de Alta Floresta. Também é servida pela rodovia MT-320, pavimentada, e pelas rodovias MT-220 e MT-338, não pavimentadas.

A rede urbana é polarizada por Alta Floresta e possui ainda os sub-centros de Colíder, Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo.

A cidade de Alta Floresta, que constitui o núcleo mais denso de ocupação do extremo norte do Estado de Mato Grosso, desenvolveu, num ambiente florestal, uma economia baseada em diferentes movimentos de avanço e intermitência. Essa dinâmica decorreu da implantação de projetos de colonização (públicos, mistos e privados) e de migrações autônomas, provenientes de significativa entrada de garimpeiros e de grandes projetos agropecuários, estruturados com base em subsídios e incentivos fiscais.

A produção extrativa mineral, tendo por centro a atividade garimpeira, sofreu forte diminuição, sendo atualmente atividade marginal. Não obstante, chegou a responder como principal atividade da dinâmica econômica regional, contribuindo significativamente para a atração de fluxos populacionais e conferindo expressão urbana à sede municipal de Alta Floresta que, na década de 1980, era considerada a capital nortista do ouro. Hoje, a atividade pecuária corresponde como a principal atividade da região.

Com uma extensão territorial de 97.500 km² (cerca de 10% do território estadual), a sua população, em 2007, segundo contagem do IBGE, era de 248.453 habitantes, equivalente a 8,7% do total do Estado e tendo uma taxa de urbanização de 65,52%.

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que na Região Norte/Alta Floresta, somente o município de Alta Floresta apresenta ICQV Médio-Baixo, os demais municípios apresentam ICQV Baixo ou Muito-Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

Nessa Região, o Produto Interno Bruto total é de, aproximadamente, R\$ 1,7 bilhões (2005), equivalente a 4,5% da economia mato-grossense. A força da atividade agropecuária regional fica evidente pelo fato da sua contribuição para o produto setorial do Estado ser bastante significativa. Quanto ao PIB *per capita*, este atinge o montante de R\$ 7.616, bem inferior à média estadual, que é de R\$ 13.445.

Região III – Nordeste/Vila Rica

A Região Nordeste caracteriza-se pela presença de uma rede urbana pouco desenvolvida, desprovida de centros regionais e cujas relações funcionais são estabelecidas com Goiânia, estado de Goiás, devido às melhores condições de acessibilidade, representada pela rodovia Belém-Brasília, pavimentada, em contraste com a precariedade da malha rodoviária regional, toda apoiada em rodovias sem pavimentação.

Essa Região é constituída por 13 municípios – Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Cana Brava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antonio, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada, e Vila Rica.

Situada no nordeste do Estado, na fronteira com o estado de Tocantins e Pará, engloba os territórios situados entre os Parques Nacional do Xingu e o rio Araguaia e tem em São Félix do Araguaia seu núcleo pioneiro de ocupação. A região forma um território com 71.190 Km², equivalente a 7,88% do território de Mato Grosso, e reúne uma população de 95.000 habitantes (IBGE, 2007) que corresponde a apenas 3,3% do total do Estado; desta forma, apresenta uma densidade demográfica baixa de, aproximadamente, 1,2 hab/km².

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que nessa região, dos 13 municípios que a compõe, seis apresentam ICQV Baixo (Vila Rica, Confresa, Porto Alegre do Norte, Luciara, São Félix do Araguaia, Querência). Os outros 7 apresentam ICQV Muito Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

Essa região tem como pólo o município de Vila Rica, que tem uma com taxa de urbanização de 72,37% (IBGE, 2007), e constitui numa área de baixa densidade da fronteira recente, com processo de desagregação da pequena produção e expansão da pecuária e da extração vegetal (DSEE-DE-RT-012).

A economia da região é dominada pela pecuária, em grande parte extensiva em pastagens naturais. O PIB, em 2005, foi de R\$ 822.829 milhões. Dentro da região, há grande desigualdade em relação à base econômica, três municípios – Vila Rica, Confresa e São Félix do Araguaia – responsáveis por mais da metade do PIB regional (53,4%). Quanto ao PIB per capita, ele atinge o montante de R\$ 8.266, bem inferior à média estadual, que é de R\$ 13.445.

Região IV – Leste/Barra do Garças

A Região Leste, possui uma rede urbana estruturada a partir do centro regional de Barra do Garças e do sub-centro de Nova Xavantina, sendo as demais sedes caracterizadas enquanto centros de apoio local.

A rodovia BR-158 e a MT-326 (pavimentadas), constituem o principal eixo estruturador da região. As demais rodovias do sistema viário regional não possuem pavimentação, com destaque para a MT-100 e a MT-326.

Trata-se de uma Região cuja ocupação obedeceu a diferentes cronologias, apresentando características produtivas muito diversificadas. Ela é composta pelos seguintes municípios: Água Boa, Araguaiana, Araguainha,

Barra do Garças, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Querência, Ribeirão Cascalheira, RIBEIRÃOZINHO e Torixoréu. Reunindo uma população de 178.440 habitantes (IBGE, 2007), representa 6,3% da população do Estado, e ocupando um território de 112,74 mil km² (12,48% do território de MT).

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que, na Região Leste/Barra do Garças, dos 17 municípios que a compõe, somente Barra do Garças apresenta ICQV Médio-Alto, os demais municípios apresentam ICQV Baixo ou Muito-Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

Barra do Garças, município pólo, possui uma população de 53.243 habitantes e taxa de urbanização de 89,56% (IBGE, 2007), com destaque para os setores agroindustrial e comércio atacadista.

Quanto aos aspectos econômicos, destaca-se na região a presença de grandes estabelecimentos, fruto da ocupação histórica, representados por grandes fazendas de gado, constituindo-se, talvez, no único modelo de produção capaz de viabilizar economicamente a exploração da agropecuária na região, dada à baixa capacidade de suporte das pastagens nativas do Pantanal do Araguaia, tornando-se necessário a incorporação de grandes áreas para garantir pastagem suficiente ao bom desenvolvimento dos rebanhos.

A exploração pecuária está centrada na atividade de cria de gado em grandes propriedades, fazendo com que a região seja reconhecida como um importante pólo produtor de bezerros, comercializados com áreas de recria e engorda em fazendas situadas no entorno dos municípios de Água Boa e Barra do Garças, bem como em outros Estados - particularmente Goiás e algumas vezes São Paulo (DSEE-DE-RT-012).

O PIB em 2005 foi de R\$ 2.009.161 milhões, o que correspondente a 5,4% do total do Estado. Quanto ao PIB *per capita*, ele atinge o montante de R\$ 11.918, inferior à média estadual, que é de R\$ 13.445.

Região V – Sudeste/Rondonópolis

A Região Sudeste, polarizada por Rondonópolis, é a segunda maior do Estado em termos econômicos e demográficos. A rede urbana é constituída

pelo centro regional de Rondonópolis e pelos sub-centros de Primavera do Leste, Jaciara e Alto Araguaia. Ainda fazem parte dessa região os municípios de: Alto Garças, Alto Taquari, Campo Verde, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, Guiratinga, Itiquira, Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Poxoréo, Santo Antônio do Leste, São José do Povo, São Pedro da Cipa e Tesouro.

Essa região é servida por várias rodovias pavimentadas, como a BR-070, BR-364 e BR-163, possibilitando o acesso à Goiânia (GO) e a Campo Grande (MS).

Possui uma área de 106 mil km², correspondentes a 11,8% do território do Estado, onde vive uma população de 416.264 mil habitantes, resultando numa densidade de, aproximadamente, 3,8 hab/km². Do total dessa população, 85,21% estão localizadas na zona urbana, contra 14,79% da zona rural (IBGE, 2007).

Quanto à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que somente os municípios de Rondonópolis e Primavera do Leste apresentaram índice considerado satisfatório, Médio-Alto e Médio respectivamente, os demais municípios possuem ICQV Médio-Baixo e Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

A estrutura produtiva da Região Sudeste baseia-se na agricultura moderna de grãos desenvolvida com uso intensivo de tecnologia e capital (máquinas, insumos químicos etc.), estando associada predominantemente aos médios e grandes estabelecimentos, não sendo, no entanto, desprezível a parcela de pequenos estabelecimentos rurais que a ela se dedicam.

A agropecuária constitui uma base importante da economia regional, responsável por, aproximadamente, 42% do produto total (VA) da Região e contribuindo com 23% da toda produção agropecuária mato-grossense (IBGE/SEPLAN, 2005).

Ainda quanto ao setor agropecuário, vale mencionar os seguintes municípios: Itiquira destaca-se pela produção agropecuária e está entre os maiores produtores de soja, milho e algodão, além de ser um importante município pecuarista. Campo Verde destaca-se pela produção agrícola. Estão presentes nesse município, grandes agroindústrias de processamento de grãos. Alto Taquari destaca-se pela produção agrícola e está entre os maiores produtores de milho e sorgo. Jaciara é núcleo agro-industrial e possui unidades sucro-

alcooleiras e laticínios; é importante a produção de cana-de-açúcar. Por fim, Pedra Preta destaca pela produção agrícola, está entre os maiores produtores de algodão e soja.

A região é também um pólo industrial e um centro de serviços do Estado, onde as atividades concentram-se no município pólo, Rondonópolis. A produção industrial da região é a segunda do Estado, ficando atrás apenas da Região Cuiabá/Várzea Grande; por outro lado, a cidade-pólo da região, Rondonópolis, é um importante centro de logística e distribuição de Mato Grosso, que conta com estradas com boa capacidade de tráfego para escoamento da produção e intercâmbio com os demais municípios da região e do Estado; sua localização estratégica constitui uma vantagem competitiva importante (DSEE-DE-RT-012).

Ainda tem destaque nessa região o sub-pólo de Primavera do Leste, principalmente pela produção agrícola. Está entre os maiores municípios de Mato Grosso produtores de grãos. Estão presentes nesse município, grandes agroindústrias de processamento de grãos.

Com a segunda maior economia de Mato Grosso, a região de Rondonópolis, tem um PIB de R\$ 8,8 bilhões, equivalentes a quase 23,6% do PIB estadual, abaixo apenas da região de Cuiabá/Várzea Grande. A economia regional está fortemente concentrada no município de Rondonópolis que representa 26,11% de toda a produção regional; além deste município pólo, destaca-se Primavera do Leste, com 14,7% do PIB regional, Campo Verde, com 13,7%, e Itiquira, com 5,7%. O PIB *per capita* é o segundo maior do Estado, apresentando um total de R\$ 21.695, bem superior à média, que é de R\$ 13.365 (IBGE/SEPLAN, 2005).

Região VI – Sul/Cuiabá e Várzea Grande

A Região de planejamento Sul - Cuiabá /Várzea Grande, caracteriza-se pela presença do principal centro polarizador do estado de Mato Grosso, representado pelas cidades de Cuiabá e Várzea Grande e dos sub-centros de Poconé e Nobres. Esta Região articula-se com as demais regiões do Estado, sendo servida pelas rodovias BR-163, BR-364 e BR-070. Fazem ainda parte dela os municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nossa senhora do Livramento, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antonio do Leverger e Várzea Grande.

Esta Região engloba diversas porções das mais antigas no processo de ocupação do estado de Mato Grosso, correspondendo, ao Aglomerado

Urbano Cuiabá-Várzea Grande; à parte mais elevada da chamada Baixada Cuiabana e, por último, ao seu prolongamento pantaneiro.

Concentra-se nesta região a maior parcela da população do Estado, devido à presença da capital, Cuiabá, e do município de Várzea Grande. Em 2007, o total de sua população era de, aproximadamente, 900 mil habitantes, representando cerca de 1/3 do total de habitantes de Mato Grosso. A área é de 78,33 mil Km², o que corresponde a 8,6% do território estadual. Nela, encontra-se a mais alta taxa de densidade demográfica do Estado, com 11,19 hab/km².

O grau de urbanização da região, em 2007, atingiu um percentual de 91,63%, sendo que novamente os municípios de Várzea Grande e Cuiabá, foram os responsáveis por essa taxa demográfica, uma vez que esse conglomerados, nesse período, apresentou um grau de urbanização de 97,9%.

Dos 13 municípios que compõem a Região Sul-Cuiabá/Várzea Grande, 6 deles apresentaram taxa de crescimento negativa, no período 2000/2007: Acorizal, Barão de Melgaço, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Rosário Oeste.

O setor econômico caracteriza-se como a maior e mais diversificada base econômica de Mato Grosso, com um PIB de R\$ 8,1 bilhões (2005), contribuindo com mais de 24% da riqueza produzida no Estado. Entretanto, essa base econômica regional está fortemente concentrada no pólo de Cuiabá/Várzea Grande, com quase 90% do total da riqueza dessa Região, tendo o município e Várzea Grande responsável por 30% da riqueza do pólo.

Com presença marcante da indústria, a região respondeu, em 2005, por aproximadamente 35% da produção industrial do Estado. Cuiabá-Várzea Grande corresponde ao grande centro comercial e de serviços do Estado. Destaca-se também o município de Nobres na atividade da indústria, responsável por 58% da produção industrial do Estado, no que se refere ao beneficiamento do calcário; Cuiabá e Poconé, quanto ao ouro, contribuindo com 61% da exportação do Estado, e ainda, Chapada dos Guimarães, com a exploração de água mineral, responsável por 34,1% da exportação estadual (anuário estatístico de Mato Grosso, 2007).

Na atividade primária, verifica-se uma forte predominância da pecuária, de baixa agregação de valor, sendo pouco significativa a atividade agrícola dentro do contexto estadual, ao contrário de algumas regiões do Estado ter projeção nacional, este setor é responsável por apenas 4% do PIB agropecuário de Mato Grosso (2005).

Verifica-se a presença de bolsões significativos de pequenos produtores e agricultura tradicional, próximos aos centros urbanos. Em paralelo avança um processo de modernização, tanto por meio da capitalização de grandes e médios estabelecimentos, quanto pela integração localizada de pequenos e médios produtores às estruturas agro-industriais, como se verifica com a avicultura.

Quanto à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que na Região Sul a desigualdade intra-regional, em termos econômicos e principalmente social, é grande. Apenas Cuiabá apresenta Alto índice de ICQV, seguido de Várzea Grande, com um índice de Médio-Alto, nos demais municípios esse índice é Baixo e Muito-Baixo. Fato constatado quando se analisam indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxa de analfabetismo.

Ambiente com predomínio das paisagens de cerrado, com alto potencial cênico devido às escarpas, serras alongadas e paralelas com vales profundos e vertentes escarpadas, cavernas em rochas calcárias, com grutas, cachoeiras e corredeiras, da província Serrana; às escarpas da borda do planalto do casca da Chapada dos Guimarães e do Planalto de São Vicente; as águas termais do planalto de São Vicente, onde está presente a unidade de conservação estadual Parque das Águas Quentes, e outras belezas.

Região VII – Sudoeste/Cáceres

A Região Sudoeste caracteriza-se pela presença de uma rede urbana estruturada a partir da BR-070 e BR-174, pavimentadas, que possibilitam o acesso a Cuiabá e a Vilhena (RO). A rede urbana é polarizada por Cáceres e possui, ainda, os sub-centros de Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos e Mirassol d'Oeste. Ainda, fazem parte desta região: Araputanga, Campos de Júlio, Comodoro, Curvelândia, Figueirópolis do Oeste, Indivaí, Jauru, Lambari do Leste, Nova Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Essa região tem a maior área do Estado, com 115,72 mil km², o que representa 12,6% do território estadual. Apresenta também a terceira maior população dentre as regiões de planejamento, com 293.326 habitantes, aproximadamente 10% da população de Mato Grosso, com densidade demográfica em torno de 2,47 hab/km² e taxa de urbanização de 73,18% (IBGE,2007).

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que na Região

Sudoeste/Cáceres, os municípios de Araputanga, Cáceres, Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Campos de Júlio e Sapezal apresentaram ICQV Médio-baixo. Os municípios de Figueirópolis, Glória d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Lambari d'Oeste, Rio Branco, Vila B. Santíssima Trindade e Comodoro apresentam ICQV Baixo. E, por fim, os municípios de Jauru, Salto do Céu e Nova Lacerda, apresentam ICQV Muito-Baixo, mostrando um alinhamento para baixo dos municípios que compõem essa região. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

Essa Região apresenta, como especificidade maior, ampla predominância da atividade pecuária, em grande parte ainda desenvolvida em pastagens naturais de áreas pantaneiras. Nas terras altas ocorre uma forte tendência à modernização dessa atividade, ampliando-se com rapidez a extensão dos campos de engorda em pastagens plantadas.

Nas terras altas verifica-se a presença de importantes núcleos (historicamente os principais do Estado, ainda vinculados à pequena produção) que combinam a pecuária com a produção de alimentos e insumos industriais, destacando-se as culturas de arroz, feijão, mandioca e a produção de leite.

Esses núcleos vêm passando por fortes transformações, seja no sentido da pecuarização (tendência predominante e dos segmentos mais modestos), seja no de modernização. A estrutura agro-industrial relativa a este segmento produtivo compõe-se de destilarias de álcool, beneficiadoras de café, algodão (cuja produção já foi expressiva), látex e arroz (DSEE-DE-RT-012).

A Região Sudoeste/Cáceres conta com um Produto Interno Bruto total de aproximadamente R\$ 3,7 bilhões (2005), equivalente a 10,1% da economia mato-grossense, terceira maior contribuição para o produto do Estado, inferior apenas às regiões de Cuiabá/Várzea Grande e de Rondonópolis, e praticamente empatado com a região de Sorriso. A força da atividade agropecuária regional fica evidente pelo fato da sua contribuição para o produto setorial do Estado ser quase o dobro da participação no PIB total mato-grossense. Internamente à região, o PIB se distribui de forma relativamente equilibrada, embora a maioria dos municípios não alcance 5% do total regional. Quanto ao PIB per capita, ele atinge o montante de R\$ 11.893, inferior à média estadual, que é de R\$ 13.445.

Região VIII – Oeste/Tangará da Serra

A Região Oeste possui uma rede urbana articulada a partir dos principais eixos estruturadores, constituídos pelas BR-163 e BR-364, pavimentadas, bem como, pelas MT-246, MT-343, MT-358, MT-240 e MT-480, tendo como pólo o centro regional de Tangará da Serra e como sub-centro o município de Barra do Bugres. Ainda fazem parte dessa região os municípios de Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela e Santo Afonso.

Possui uma área de 50,77 mil km², que equivale a 5,62% do território mato-grossense. No conjunto de municípios da região vivem 182.133 habitantes, ou 6,4% da população total de Mato Grosso. A taxa de urbanização é de 77,9%, e o município de Arenópolis é o que apresenta a maior taxa de urbanização 95,08%.

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que na Região Oeste/Tangará da Serra, apenas o município de Campo Novo do Parecis apresenta ICQV médio, sendo que nos municípios de Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela e Tangará da Serra o ICQV é Médio-Baixo, e em Santo Afonso e Brasnorte o ICQV é Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

Essa Região caracteriza-se, por englobar diferentes sistemas naturais, especialmente cerrados e de transição para florestas, apresentando, desse modo, uma economia amplamente diversificada. Aliado a esta característica tem-se um intenso dinamismo, onde se destacam a pecuária, a extração vegetal e a agricultura comercial (DSEE-DE-RT-012).

Em Tangará da Serra, pólo regional, predomina o comércio varejista e atacadista, além de ser bastante relevante à atividade agroindustrial. Em Barra do Bugres, sub-centro regional, o destaque é para a agroindústria sucro-alcooleira e o setor de prestação de serviços e comércio varejista de veículos e implemento agrícolas.

Nessa região, o Produto Interno Bruto total é de, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões (2005), equivalente a 7,4% do total do Estado, com destaque para Campo Novo do Parecis, que apresenta o maior PIB regional. Quanto ao PIB *per capita*, ele atinge o montante de R\$ 15.966, superior a média estadual, que é de R\$ 13.445.

Região IX – Centro-Oeste/Diamantino

A Região Centro-Oeste caracteriza-se pela presença de uma rede urbana estruturada a partir da BR-163 e BR-364 e as MT-240 e MT-343, pavimentadas, constituindo-se na menor região de Mato Grosso em território, com apenas 30,17 km². É polarizada por Diamantino, tendo Arenápolis como sub-centro. Ainda fazem parte dessa região os municípios de Alto Paraguai, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá e São José do Rio Claro.

Tem uma população total de 67.892 habitantes e uma taxa de urbanização de 77,9% (IBGE, 2007), correspondente a, aproximadamente, 2,4% do total de habitantes do Estado. A região tem uma densidade demográfica próxima de 3,11 hab/km². O município mais populoso é Diamantino, com 18.458 habitantes, seguido de São José do Rio Claro e Arenápolis, com populações de 17.345 e 9.869 habitantes, respectivamente.

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que, na Região Oeste/Diamantino, os municípios de Diamantino, Arenápolis, Nortelândia e São José do Rio Claro apresentam ICQV Médio-Baixo, enquanto os municípios de Alto Paraguai, Nova Marilândia e nova Maringá ICQV Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

Diamantino, município pólo, caracteriza-se por apresentar uma agricultura moderna voltada para a produção de grãos e fibras, desenvolvida com tecnologia elevada, combinada com menor proporção de áreas ocupadas por pecuária, com lides caracterizadas, também por tecnologia elevada. Em São José do Rio Claro há presença de agroindústrias e de processamento de madeira.

A estrutura produtiva dessa região baseia-se na agricultura moderna de grãos (com utilização de manejo desenvolvido), associada à pecuária, conduzida com manejo intermediário a rudimentar (DSEE-DE-RT-012).

Nessa região, o Produto Interno Bruto total é de R\$ 1,3 bilhões (2005), equivalente a apenas 3,4% do total do Estado. Somente o município de Diamantino é responsável por, aproximadamente, 63% do PIB da região. Quanto ao PIB *per capita*, ele atinge o montante de R\$ 19.997, bem superior a média estadual, que é de R\$ 13.445.

Região X – Centro/Sorriso

A Região Centro/Sorriso caracteriza-se pela presença de uma rede urbana estruturada a partir da BR-163, pavimentada, onde se destaca a sede urbana de Sorriso como centro regional polarizador. Também é servida pela rodovia MT-320, pavimentada, e pelas rodovias MT-220 e MT-338, não pavimentadas.

Os municípios dessa região originaram-se de projetos de colonização privados, em geral vinculados à estrutura cooperativista. Completa ainda essa região os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato e Tapurah.

Numa área de 30,9 mil km², correspondendo a, aproximadamente, 3,42% do território de Mato Grosso, Vivem 132.031 habitantes, numa densidade demográfica de cerca 3,06 habitantes por km², onde 81,41% da população estão localizadas na zona urbana. O município mais populoso é Sorriso, com 55.134 habitantes, seguido de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, com 30.741 e 24.368 habitantes, respectivamente (IBGE, 2007).

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que, na Região Centro/Sorriso, os municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde apresentam ICQV Médio, enquanto nos municípios de Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato e Tapurah o ICQV é Médio-Baixo. Mesmo não sendo o ideal desejado, pode-se dizer que essa região é a que apresenta os melhores indicadores sociais dentre as regiões do Estado.

A estrutura produtiva desta região baseia-se na agricultura moderna de grãos (com utilização de manejo desenvolvido). Tem uma das mais moderna e dinâmica agropecuária do Estado, os melhores indicadores sociais e um grande equilíbrio econômico interno entre os cinco municípios. A agropecuária é a força da economia regional, representando 54,4% do PIB da região e contribuindo com quase 15% do produto setorial do Estado; na contribuição para a formação da agropecuária de Mato Grosso, a região de Sorriso perde apenas para Rondonópolis, que tem área mais de três vezes superior.

Com apenas 3,42% da área do Estado, a região Centro/Sorriso é responsável por quase 10% do PIB mato-grossense. Porém, tem uma incipiente indústria, pouco integrada na cadeia produtiva de grãos e carne da região, representando pouco mais de 8% do PIB regional, que conta ainda com um setor de serviços pouco desenvolvido (DSEE-DE-RT-012).

Em Sorriso, pólo regional, predomina a atividade agroindustrial e de processamento da madeira, assim como as atividades ligadas ao comércio atacadista de grãos. Tapurah tem uma economia urbana voltada para o setor madeireiro, principalmente o seu processamento. Nova Maringá não tem atividade econômica expressiva, destaque somente para a indústria madeireira. Em Lucas do Rio Verde a agricultura moderna, voltada para produção de grãos e fibras, é desenvolvida com tecnologia elevada, combinada com menor proporção de áreas ocupadas com pecuária.

Região XI – Noroeste/Juara

A Região de Planejamento Noroeste /Juara reúne o menor número de municípios numa área de 38,21 mil km², terceira menor de Mato Grosso, acima apenas de Diamantino e Sorriso, representando 4,23% da área total do Estado. Os quatro municípios da região são: Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã. Têm uma população total de 52.425 habitantes, correspondendo a apenas 1,8% da população mato-grossense (IBGE, 2007). A região de Juara tem a menor contingente populacional do Estado e a segunda mais baixa densidade demográfica, estimada em 1,45 habitantes por quilômetros quadrados.

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que na Região Noroeste/Juara, o município de Juara apresenta ICQV Médio-Baixo, os municípios de Porto dos Gaúchos e Tabaporã o ICQV é Baixo e no município de Novo Horizonte do Norte o ICQV é Muito-Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

Com um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 515.701 milhões, representando apenas 1,4% do total do Estado, essa região tem como principal atividade econômica a agropecuária, principalmente a pecuária bovina, representando quase 50% do PIB da região; em todo caso, como tem a menor base econômica do Estado, a região de Juara contribui com 2,5% da produção agropecuária de Mato Grosso.

A economia regional está fortemente concentrada no município pólo de Juara, com aproximadamente 46% de toda a produção da região, sendo atendida pelo sistema isolado de energia elétrica e possuindo uma população de 32.023 habitantes, estando 81,98% dessa população localizada na área urbana. Juara tem na produção e beneficiamento da madeira sua principal

atividade econômica, destacando-se ainda o beneficiamento e empacotamento de grãos. O comércio varejista é bastante diversificado, com bares, armazéns, supermercados, entre outras (DSEE-DE-RT-012).

Região XII – Centro-Norte/Sinop

A Região Centro-Norte caracteriza-se pela presença de uma rede urbana estruturada a partir da BR-163, pavimentada, onde se destaca a sede urbana de Sinop como centro regional polarizador. Ainda compõe essa região os municípios de Cláudia, União do Sul, Feliz Natal, Marcelândia, Nova Ubiratã, Santa Carmem e Vera. Esta região também é servida pela rodovia MT-320, pavimentada, e pelas rodovias MT-220 e MT-338, não pavimentadas.

A região foi formada por remanejamento de limites municipais, a partir de processos de ocupação decorrentes de projetos de colonização públicos, mistos ou privados. Tais projetos conviveram com a dinâmica da migração autônoma, estimulada pela exploração garimpeira.

Ocupando uma área de 60,26 mil km², a Região de Planejamento Centro-Norte, que agrupa nove municípios, reúne uma população total de 170.707 habitantes, estando 81,89% dessa população localizada na zona urbana. Vale ressaltar que a região corresponde a, aproximadamente 6% dos habitantes do Estado. Sua densidade demográfica gira em torno de 2,5 habitantes/km².

Referente à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se que, na Região Centro-Norte/Sinop, o município de Sinop apresenta ICQV Médio, os municípios de União do Sul, Cláudia, Santa Carmem, Vera e Itaúba apresentam ICQV Médio-Baixo, enquanto os municípios de Feliz Natal, Nova Ubiratã e Marcelândia o ICQV é Baixo. Analisando outros indicadores sociais isolados, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxas de analfabetismo, constata-se também baixos padrões desses indicadores, mostrando a necessidade de implementação urgente de políticas públicas capazes de reverter tal situação.

A região apresenta características diversificadas, do ponto de vista natural, estendendo-se por diferentes domínios e regiões naturais (floresta e cerrado), apresentando, desse modo, grandes diferenciações em sua estrutura produtiva. Por se tratar de área de ocupação recente, entretanto, mantinha até 1985 características fortemente similares quanto ao grau de consolidação da fronteira agrícola.

A agropecuária e a indústria madeireira são as principais atividades econômicas da região, concentrando o principal pólo industrial madeireiro

do Estado. A agropecuária representa 32,6% do PIB regional e a indústria alcança 19,6%, evidenciando uma importante industrialização na região de Sinop. Quanto ao PIB *per capita*, ele atinge o montante de R\$ 11.805, inferior a média estadual, que é de R\$ 13.445 (DSEE-DE-RT-012).

O município de Sinop, pólo regional, também tem sua influência além dos limites dessa região, e isso decorre, principalmente, devido a sua estrutura funcional e localização estratégica. Este município abriga boa parte das fábricas de compensados e laminadoras do Estado, possuindo também muitas serrarias.

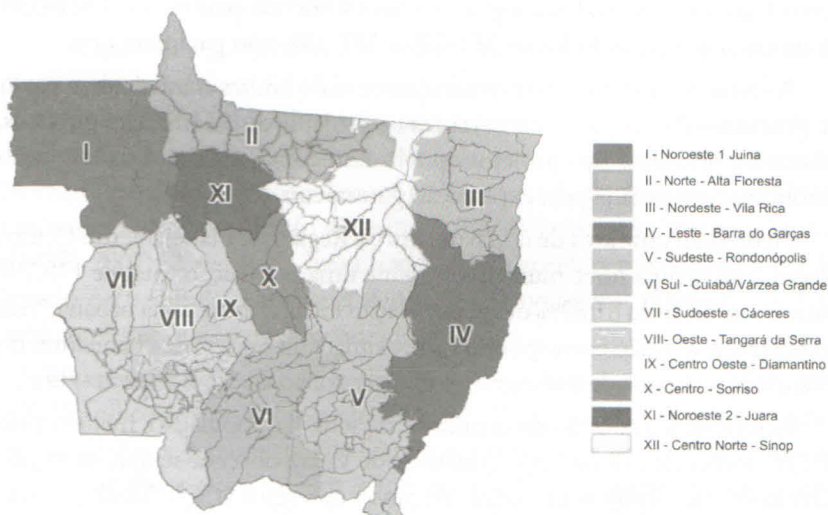


Figura 01: Cartograma das Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso – 2004
Escala: 1:7. 000.000 – Fonte: SEPLAN/2004 – Organizador: Antonio Abutakka, 2006

3 – Concepções teóricas metodológicas

Aqui serão abordadas as principais concepções teóricas e metodológicas do pensamento geográfico, com ênfase ao resgate do processo de construção das escolas geográficas compatíveis com os métodos utilizados para a delimitação das 12 Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso.

Primeiramente, foi selecionado o referencial teórico que considerado compatível com as 12 Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso, após ter feito uma comparação com as várias correntes teóricas existentes. Em seguida, fez-se uma síntese dessa base teórica. Por fim, tiraram-se as conclusões sobre as teorias compatíveis com os métodos empregados na referida região em estudo.

É bom salientar que a abordagem desenvolvida nesse trabalho, inicialmente via resgate do processo de construção do pensamento geográfico, caracterizou principalmente para que identificasse, como se deu o desenvolvimento da perspectiva regional, nos estudos da Geografia, segundo as diversas linhas de pensamento que se consolidaram.

3.1 – Caracterização das Principais correntes do pensamento geográficos

A Corrente do Pensamento Iluminista, fundada na razão de que a humanidade herdou da intelectualidade grega, voltava-se à capacidade humana de equacionar os problemas através do seu próprio processo mental, sendo que o conhecimento dar-se-ia principalmente pela descrição e demonstração das hipóteses, para que se estabelecessem leis gerais, teorias e conceitos.

Nessa corrente, que tinha como principais representantes Johann Fichte, Friedrich Schelling e Friedrich Hegel, a histórica do pensamento geográfico destaca Kant (1772-1804), idealista que inaugurou a Geografia como disciplina, quando lecionava em Königsberg. A sua relevância para os estudos geográficos, decorre da importância e do papel que deu ao espaço, ao estabelecer que ele fosse condição de toda experiência do objeto, assim como por vincular ao espaço a idéia de região, pois, segundo ele, as experiências não devem ser simplesmente um agregado, mas, sim, um todo sistemático.

Nessa caminhada científica do conhecimento, merece destaque pelos impactos causados no pensamento e pelo curso dado à história, à teoria de Charles Darwin (1809-1882), difundida através da obra *The Origin of Species By Means of Natural Selection*, que, a partir de 1859, influenciou de forma contundente a consolidação de uma linha teórica, fundamental na construção da Geografia Moderna.

A teoria darwiniana, ao colocar que o homem e todos os seres vivos evoluem de forma simples através de uma seleção natural, baseada na capacidade de adaptação, criou, sem ter intenção para tanto, bases para argumentos que sustentaram um movimento imperialista, que levou as potências européias a colonizar e explorar a América Latina, a Ásia e a África. Foi nesse contexto que se forjou a vertente determinista nas ciências, plenamente moldadas aos anseios da expansão capitalista, que usou seus argumentos para justificar o domínio territorial e a apropriação dos recursos das áreas que iam sendo dominadas.

A Corrente Determinista, tendo como principal pensador Friedrich Ratzel (1844-1904), partia do pressuposto de que as condições naturais

condicionam as formas de vida, e que os agrupamentos humanos, quando se vêem tolhidos por um território limitado, buscam ampliar seu espaço de vida, mesmo que seja a custa do seu vizinho (isso quer dizer, o mais frágil deve ser sempre dominado pelo mais forte).

Foi através da calibragem da lente determinista, que atribuiu aos elementos físicos da Geografia valores superlativos, que se conformou a concepção da Região Natural, expressando uma porção da superfície terrestre identificada por combinações específicas de elementos da natureza, cujo conhecimento seria extremamente importante para que se conhecessem as restrições que o meio natural colocaria ao desenvolvimento do homem numa porção da Terra.

No contraponto do determinismo alemão, floresce a Corrente Possibilista, a partir dos estudos e proposições de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), estudioso francês cujo trabalho possibilitou a autonomia disciplinar da Geografia que, na França, ainda não se constituía num ramo específico do conhecimento com status de ciência.

O ambiente francês, no mesmo período em que se dava o movimento de unificação alemã, que também buscava a expansão dos seus domínios territoriais, gerou o tempero que condimentaram as idéias de Vidal de La Blache. Na França, as questões eram não apenas deter o expansionismo alemão sobre os domínios franceses, mas ainda promover os seus próprios movimentos para a conquista de novas áreas, enquanto se enfrentava as tensões sociais internas, criadas pelas diversidades de interesses entre o capital urbano, o capital agrário conservador e o movimento operário denominado Comuna de Paris.

Com a Corrente Possibilista, a disciplina geográfica também se moldava aos interesses das classes hegemônicas, que na França requeria a idéia do possível para viabilizar a sua estratégia geopolítica. Era preciso conquistar novas áreas, conciliar conflitos internos, harmonizar os interesses antagônicos do capital e sufocar o movimento comunista que se fortalecia em função das mazelas do capitalismo excludente, e somente uma lente otimista poderia viabilizar ao Estado consolidar os trilhos desse caminho.

Um dos movimentos importantes para o desenvolvimento dos estudos regionais na Geografia foi o neokantismo. (Pensamento Determinista). Este, ao resgatar as concepções de Kant, fez com que a filosofia se tornasse forma dominante, numa clara reflexão crítica aos valores do século XIX que, baseados no positivismo lógico, tinham considerado a filosofia um saber inútil. A retomada desse ideário filosófico de Kant fez com que ressurgissem as par-

particularidades dos estudos sem, entretanto, abandonar as questões genéricas, mantendo as discussões relativas ao caráter idiográfico ou nomotético.

Preocupado com essa questão, destaca-se Hettner (1859-1941), com argumentos de que essa ciência era tanto idiográfica, estudando as relações entre fenômenos de uma determinada região, como nomotética, quando se voltava à classificação de fenômenos para o estabelecimento de leis gerais. Entretanto, ele considerava que o conhecimento deveria ser contextualizado e particularizado, sem pretender chegar às generalizações e explicações, se atendendo às diferenciações da superfície terrestre, concebida como uma totalidade (naturais e humanos) para que se identificasse uma individualidade espacial, uma região geográfica, resultante de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural.

O pensamento de Hettner não se circunscreveu apenas à Alemanha; as idéias deste neokantista frutificaram em vários países. Dos seus seguidores, foi Richard Hartshorne quem melhor trabalhou suas idéias, propondo à Geografia o estudo da combinação e da relação de fenômenos. Para esse teórico, a Região não é apenas uma realidade evidente, podendo ser também um produto mental, que não se atem à contigüidade para ser delimitada. Tanto para Hartshorne como para Hettner, é o estudo regional que orienta a Geografia para unificar o seu campo de pesquisa físico e humano, sendo a Região a síntese dessas relações.

A Corrente denominada de Nova Geografia, classificar e regionalizar tornaram-se praticamente sinônimos. Os geógrafos, dessa linha de pensamento, inspirados no positivismo lógico, consideram que os critérios de divisão regional se encontram num corpo teórico, pois era a partir da teoria que se tornava possível chegar a uma classificação. A região se põe, assim, como uma classe, sendo determinada teoricamente.

As Regiões, caracterizadas como homogêneas, são entendidas como um agregado de áreas, em que a descrição das características dar-se-ia pela sua invariabilidade, ou imutabilidade, verificada na dimensão espaço-tempo. Não havia, pois, preocupação com a dinâmica da realidade, por serem as regiões definidas por características estatísticas. Ex: densidade da população, tipo de clima, produção agropecuária etc.

Quanto às Regiões Funcionais, elas expressam movimento ou fluxo de pessoas, mercadoria, informações, decisões etc., por exemplo: regiões de tráfego rodoviário, de migração, de influência funcional das cidades. Aqui, a região não se constitui entidade concreta, mas, sim, uma criação intelectual, que se constrói de acordo com propósitos específicos e que expressa uma

situação momentânea, sendo o método comparado a um registro fotográfico. Essa proposição metodológica resgata o determinismo através de outra relação: a de variáveis dependentes.

Ainda considerando os novos caminhos percorridos pela Geografia, no desenrolar do século XX, registra-se a Fenomenologia e a Geografia Crítica, movimentos que ganharam força na década de 60, em reação ao culto à tecnologia, que assumia proporções extremas, cujos resultados já começavam a demonstrar o engodo do 'tudo posso e nada me detém', pois a natureza se ressentia e os danos ambientais, em nome do progresso e do desenvolvimento, sinalizaram graves problemas.

No tocante à diferenciação do espaço, a Corrente Crítica da Geografia, conhecida como radical, argumentava que, em primeiro lugar, ela se deve à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista, que produz e distingue espacialmente possuidor e despossuído, e, nesse sentido, a identificação de regiões deve se ater àquilo que é essencial no processo de produção do espaço, isto é, à divisão socioespacial do trabalho. Com isso, os novos estudos de regionalização foram estabelecidos, tendo em vista os diferentes padrões de acumulação, o nível de organização das classes sociais, o desenvolvimento espacial desigual etc.

Segundo Gomes (2001, p. 65) e outros geógrafos dessa corrente, os mais influenciados pelo discurso marxista procuraram estabelecer uma relação entre o conceito de região e os conceitos da economia política marxista; neste caso, as regiões socioespaciais se aproximaram do conceito de formação socioeconômica.

Quanto ao Pensamento da Fenomenologia, destaca a noção de região como fundamental, para se ter um quadro de referência da sociedade, apresentando como elemento diferencial a proposta de se trabalhar com a consciência e o sentimento de pertencer, para que se penetrasse na dimensão principal da análise, que é o *espaço vivido*.

Essa corrente geográfica criticou o positivismo da Nova Geografia, desqualificando o concebido para priorizar o vivido. Ela firmou uma visão antropocêntrica do mundo, salientou a dimensão dos valores sociais e culturais, valorizou a história e deixou de atribuir uma referência central ao espaço de dimensão abstrata. A sua perspectiva regional procura ultrapassar o nível socioeconômico para compreender como o homem se coloca em relação à região e, a partir daí, analisar os aspectos estruturais, funcionais e subjetivos da região.

Nessa reflexão sobre o percurso do pensamento geográfico, se registra ainda os movimentos que se fortaleceram na década de 80 do século passado,

que, numa postura extremista, criticaram os modelos teóricos da modernidade, pois já não se podia mais conceber o domínio científico da natureza e a racionalização da organização social, única e exclusivamente segundo a lógica matemática e ao uso das técnicas para que se construísse um mundo melhor, pois essa pretensão se mostrava uma utopia dificilmente alcançada.

Assim, dentre todos os movimentos de crítica à modernidade, se substanciou o movimento denominado Pós-Moderno, com postura mais contundente que os demais e, nesse aspecto, Haesbaert (2002, p.52) coloca:

Se antes o debate se limitava à batalha entre diferentes formas de racionalidade (ou de racionalismo, para os mais críticos), o pós-modernismo muitas vezes colocou em xeque a própria legitimidade da razão como fundamento ou como única via para o conhecimento e a transformação do mundo. Acusada, muitas vezes em bloco, como veículo de dominação, alguns chegaram a tachar a modernidade de totalitária, repressora da sensibilidade, esta sim a fonte primeira da vida e do conhecimento humano.

Sem entrar no mérito do ‘pós’ desse movimento, que para muitos estudiosos, necessariamente, não significa uma ruptura, uma superação da modernidade, mas, sim, uma das suas inúmeras crises, o que interessa é registrar os caminhos através dos quais, hoje, se trilha o saber; essa perspectiva se constitui em mais uma opção de análise, que se apóia no heterogêneo, na diferença, na descontinuidade, que incorpora a subjetividade, valorizando as ilusões e recuperando a história.

Interessa principalmente mostrar que, com esse movimento, novas dimensões da realidade foram reveladas e novo destaque ao espaço foi dado, numa recomposição da relação espaço-tempo, cuja dimensão enfatiza a perspectiva espacial, (SOJA, 1993, p. 18).

3.2 – Referencial Teórico compatível

É preciso mencionar, primeiramente, que o positivismo, o historicismo, o determinismo e o possibilismo, inspirados na filosofia iluminista, no liberalismo alemão e no desenvolvimento do romantismo, constituem as trilhas de desenvolvimento da Geografia moderna. É necessário que fique bem claro, em primeiro lugar, que qualquer idéia de precedência nessas maneiras de pensar conduz a um grave equívoco, pois elas compartilham o mesmo tempo histórico. Em segundo, que as posições dominantes de cada pensador não significam formas puras, pois podemos encontrar na posição possibilista conduções e raciocínios próprios do determinismo e vice versa. Por último, como muito bem observou Paulo César da Costa Gomes, o fato

de as propostas deterministas e possibilistas terem significado estratégias espaciais diversas e de terem sido identificadas com projetos nacionais, alemão e francês, respectivamente, podem conduzir a um simplismo indevido. Esclarece indicando que as pretensões dominadoras e expansionistas presentes na Geopolítica desse período foram uma combinação híbrida das propostas deterministas e possibilistas (GOMES et. al., 1995, p. 69-76).

3.2.1 – Corrente Possibilista

Pode-se dizer que as 12 Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso têm parte de seus estudos apoiada no pensamento possibilista, apresentando fundamentos estruturais compatíveis com as idéias desta escola, uma vez que essa regionalização tem como característica principal a influência de uma cidade sobre a outras. O critério utilizado para a sua delimitação teve por base a influência e tipologia das cidades, onde foram definidas 12 regiões de planejamento e cada uma delas composta por uma cidade que funcionava como um pólo regional, e as variáveis do meio físico-biótico ajustariam essa região. Basicamente, a mesma divisão regional proposta por Vidal de la Blache (1845-1918) para a França, projetando uma divisão composta de quinze regiões, contendo cada uma uma capital regional. Na perspectiva lablachiana, a região deveria conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza (LENCIONE, 2003).

Outra característica que marca as 12 Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso à corrente possibilista de La Blache, é a forma de fazer a justaposição dos vários mapas temáticos, permitindo facilmente relacionar os fenômenos, evidenciando-se as possibilidade da síntese geográfica.

O terceiro ponto onde a Região de Planejamento utiliza-se do possibilismo é quando adota-se uma cidade como célula inicial da região e tem seu limite até onde essa cidade possa polarizar. Segundo Vital de La Blache, é a cidade que cria a região, observando que elas são dinâmicas; ou seja, se formam e se dissolvem. Mais do que definir uma região, tomando como referência à cidade, La Blache salientou que não é fundamental procurar os limites da região, mas concebê-la como uma espécie de auréola, cujos limites não são bem determinados.

Segundo Lencione (op. cit.), para a corrente possibilista o meio físico não se expressava como restritivo, mas oferece possibilidades ao homem para o exercício das atividades humanas, tendo ele a liberdade de escolha na sua relação com a natureza. Assim, as relações estabelecidas entre o homem e o meio físico são inúmeras e complexas, havendo várias alternativas e escolhas.

Com a publicação do *Atlas historique et géographique*, em 1894, La Blache mostra vários mapas temáticos possíveis de serem justapostos, permitindo facilmente relacionar os fenômenos, ficando evidenciada, dessa forma, a possibilidade da síntese geográfica. Esse Atlas difere de todos os precedentes, pois ele apresenta uma série de cartas do meio físico, político e econômico justapostas para os lugares representados, dando idéia de um conjunto com várias relações, fazendo com que o mapa seja um elemento revelador da realidade.

Acrescente-se que na sua obra *La France*, de 1917, Vidal de La Blache já chamava atenção para o fato de algumas cidades se constituírem em “formadoras de unidades”, organizando regiões. Denominou esse tipo de região de região modal, influenciado pelo trabalho do inglês Halford John Mackinder (1861-1947). Na obra, o geógrafo francês enfatiza a relação entre o homem e o meio, transita para a relação entre a cidade e a região. Considera que é a cidade que cria a região, observando que ela é dinâmica; ou seja, se forma e se dissolve. Mais do que definir uma região, tomando como referência a cidade, La Blache salientou que não é fundamental procurar os limites da região, mas concebê-la como uma espécie de auréola, cujos limites não são bem determinados. No entanto, essas idéias não tiveram grande influência sobre seus discípulos e seguidores como tiveram suas obras precedentes.

3.2.2 – Pensamento denominado de Geografia Ativa

A Região de Planejamento do estado de Mato Grosso também tem seus estudos apoiados no pensamento denominado de Geografia Ativa, que tinha como proposta a organização do espaço.

A principal relação entre a Região de Planejamento de Mato Grosso e a Geografia Ativa, diz respeito à forma de regionalização adotada, ou seja, baseada nas Regiões Funcionais ou de Influência das cidades, pois, para trabalhar com a realidade socioeconômica e fluxos, o método buscou na Geografia para trabalhar questões relativas às pesquisas (amostras, teste de hipóteses), à construção de indicadores e índices, às estimativas etc.

Há que se considerar ainda o eixo norteador da identificação das Unidades Socioeconômicas (USES), as Regiões de Influência Funcionais (RIFs), delimitadas com base nos estudos da hierarquia urbana, que embutem os conceitos de fluxos, referentes à Geografia Ativa. A esta caberia perseguir um caminho que permitisse identificar as Regiões de Planejamento, para posterior identificação das Unidades Socioeconômicas-Ecológicas, as USEEs, através das quais se consolidaria o instrumento pretendido à gestão territorial idealizada.

Essa opção metodológica decorreu do entendimento, emprestado dos teóricos da Escola da Geografia Ativa, de que todo recorte regional corresponde a um equilíbrio de forças que se expressa sob forma de perímetro de competência ou de autoridade, e que os limites traçados, por serem de caráter jurídico e funcional, podem passar da ordem de oportunidade e comodidade de serviço à de obstáculo ao desenvolvimento e à boa marcha deles.

Ao se lançar mão dessa concepção para estabelecer o caminho de se chegar a uma estrutura regionalizada, as Regiões de Influência e, posteriormente, as Regiões de Planejamento, absorveu-se o raciocínio de Pierre George e Sandra Lencione, de que “[...] a síntese geográfica não é alcançada através de uma metodologia única... A Síntese é produto da utilização de vários métodos.”

Segundo essa corrente, a sociedade, cada vez mais urbana e metropolitana, traduziu-se na idéia do espaço como um campo de ação de fluxos. Entendia-se que esses fluxos, ao confluírem para uma determinada cidade, acabavam transformando-a num pólo regional. Como conseqüência, os geógrafos, vinculados à perspectiva da Geografia Ativa, consideraram que a região se define pela dinâmica dos fluxos espaciais. Nesse sentido, a região se coloca como uma área sob o raio de ação de uma cidade. Segundo Pierre George, a “noção de região parece então com o significado de território explorado pela economia urbana de uma metrópole regional... A noção de região se confunde, nesse caso, com a de rede urbana.” (GEORGE, 2003).

O desenvolvimento dessa perspectiva na Geografia significou o abandono da idéia de região como síntese dos aspectos naturais e humanos para se vincular à de organização do espaço. A análise das funções urbanas e regionais, da hierarquia dos lugares, da concentração espacial das atividades e da divisão do trabalho passaram a compor o estudo regional que, cada vez mais, passou a ter fronteiras mais estreitas com a Ciência Social e a Econômica.

Segundo o trabalho de Michel Rochefort, *L'Organisation Urbaini de Lalsace*, de 1960, partindo de uma análise dos fluxos econômicos entre as cidades é construída uma hierarquia urbana, chegando a determinar níveis de cidades e áreas de influência.

4 – Considerações finais

Acreditamos que mais importante que a apresentação de aspectos que julgamos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento e dos impasses da Geografia Regional, foi à tentativa de demonstrar o quanto pode

ser positiva a análise retrospectiva que procura examinar a história do pensamento geográfico a partir de uma perspectiva particular, no caso, a partir do exame da noção de região.

Diante disso, pode-se afirmar que a elaboração deste trabalho serviu, sobretudo para uma melhor compreensão sobre a regionalização do espaço. Entendemos que a região é um recorte espacial relacionado à problemática da diferença, que ressurge, embora o mundo se apresente cada vez mais homogêneo, dando a aparência de que as diferenças estão sendo anuladas. No entanto, dessa aparente homogeneidade, emergem diferenças que se traduzem, muitas vezes, em regionalismo com incrível força política, a revelar que o tema região não está no ostracismo.

Ainda sobre as Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso, pode-se dizer que ela extrapola a visão vidaliana, para compatibilizar com os pressupostos da Geografia Ativa, de que a região deve ter sua noção atrelada ao significado de território explorado, onde a economia urbana se faz presente, aceitando-se o raciocínio de Pierre George, de que a síntese não se realiza com uma única metodologia, gerando uma expectativa positiva quanto à eficiência do método, muito embora se tenha encontrado dificuldade para a sua implementação.

Finalizando, ressalta-se que o Governo do estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, vem trabalhando no sentido de adotar a Região de Planejamento como a regionalização oficial do Estado, onde todos os estudos, programas e projetos teriam que, obrigatoriamente, seguir esta regionalização. Prova disso foi a elaboração do PPA-2004-2007, tendo as Regiões de Planejamento como base para a referida programação anual.

5 – Referências

Consolidação das Unidades Sócio-Econômicas-Ecológicas de Mato Grosso – **Relatório Técnico II**. V. 1- Avaliação Sócio-Econômicas-Ecológicas das USEEs. Cuiabá: Seplan-MT, 2002.

DSEE-DE-RT-012. **Principais atividades econômicas por setor e processo histórico de ocupação de Mato Grosso** – parte I. Rio de Janeiro, 2001.

DSEE-DE-RT-002. **Relatório técnico consolidado para o Estado**, contendo a caracterização e análise da regionalização do Estado, vol. I, II, III, IV e V. Rio de Janeiro, 2001.

HAESBAET, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

-----, O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Una Elias; GOMES Paulo Casar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2001.

SEPLAN/CNEC. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico de Mato Grosso: Integração Temática-Consolidação de Metodologias e Procedimentos**. Cuiabá: Seplan-MT, 2000.

SOJA, Edward. W. **Geografia Pós-Moderna: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.